



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

CONTRATO nº. 098/2022.

PROCESSO SEI-080007/010635/2021

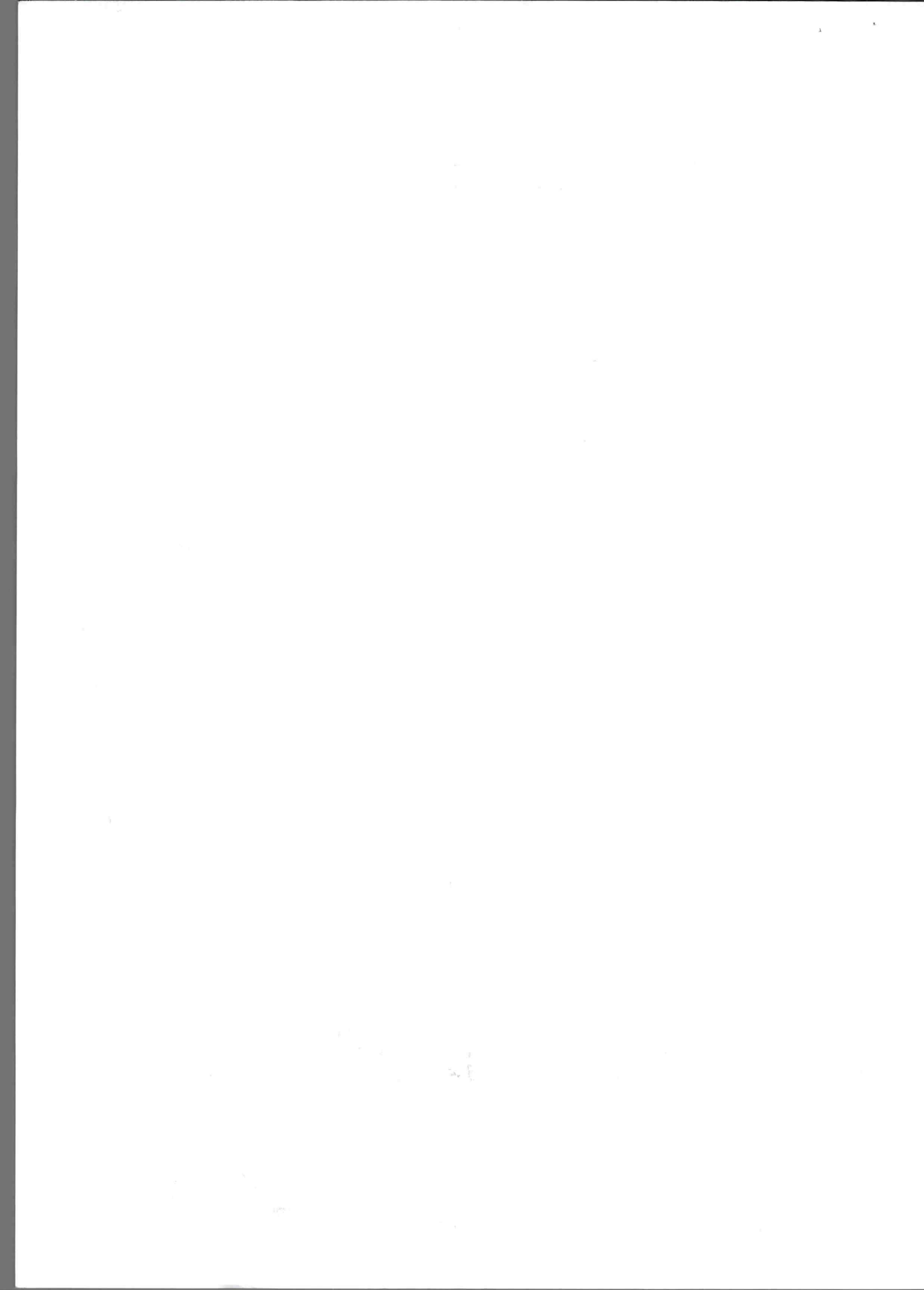
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2022, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, INCISO IV DA LEI Nº 8666/93

CONTRATO Nº 098/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA INSTITUTO DE CIDADANIA E PROJETOS SOCIAIS - ICPS.

A **FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, fundação instituída pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 118/2007, da Lei nº 5164/2007 e do Decreto 43.124/2011 e da Lei nº. 6.304/2012, inscrita no CNPJ sob o nº 10.834.118/0001-79, sediada na Avenida Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - CEP. 22451-000, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Diretor Executivo **JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO**, brasileiro, ID funcional nº 5079143-5, portador da carteira de identidade nº 52.34921-0, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o nº 556.886.837-91 e pelo Diretor Administrativo Financeiro, designado pela portaria da Diretoria Executiva FS/DE nº 1057/2022, de 02 de março de 2022, **BRUNO RÉBULA KLEIN**, brasileiro, ID funcional nº 4137337-5, portador da carteira de identidade nº 098814700, Detran/RJ, inscrito no CPF sob o nº 036.309.047-93, e a empresa **INSTITUTO DE CIDADANIA E PROJETOS SOCIAIS - ICPS**, situada à Rua Inez, nº 391, Bairro Prata, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26.010-040 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.010.740/0001-19, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **LEANDRO CARDOSO DE JESUS**, portador da cédula de identidade nº 12.859.583-2, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 089.032.327-55, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com fundamento no processo administrativo nº **SEI-080007/010635/2021**, que se regerá pelas normas do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Termo de Referência, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a contratação emergencial de empresa especializada em Prestação de Serviços em Radiologia e Digitalização de Imagens Radiológicas para o setor de diagnóstico por imagem das Unidades geridas pela Fundação





**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

Saúde: UPAS (Unidades de Pronto Atendimento), na forma do Termo de Referência e da proposta SEI nº 28698138.

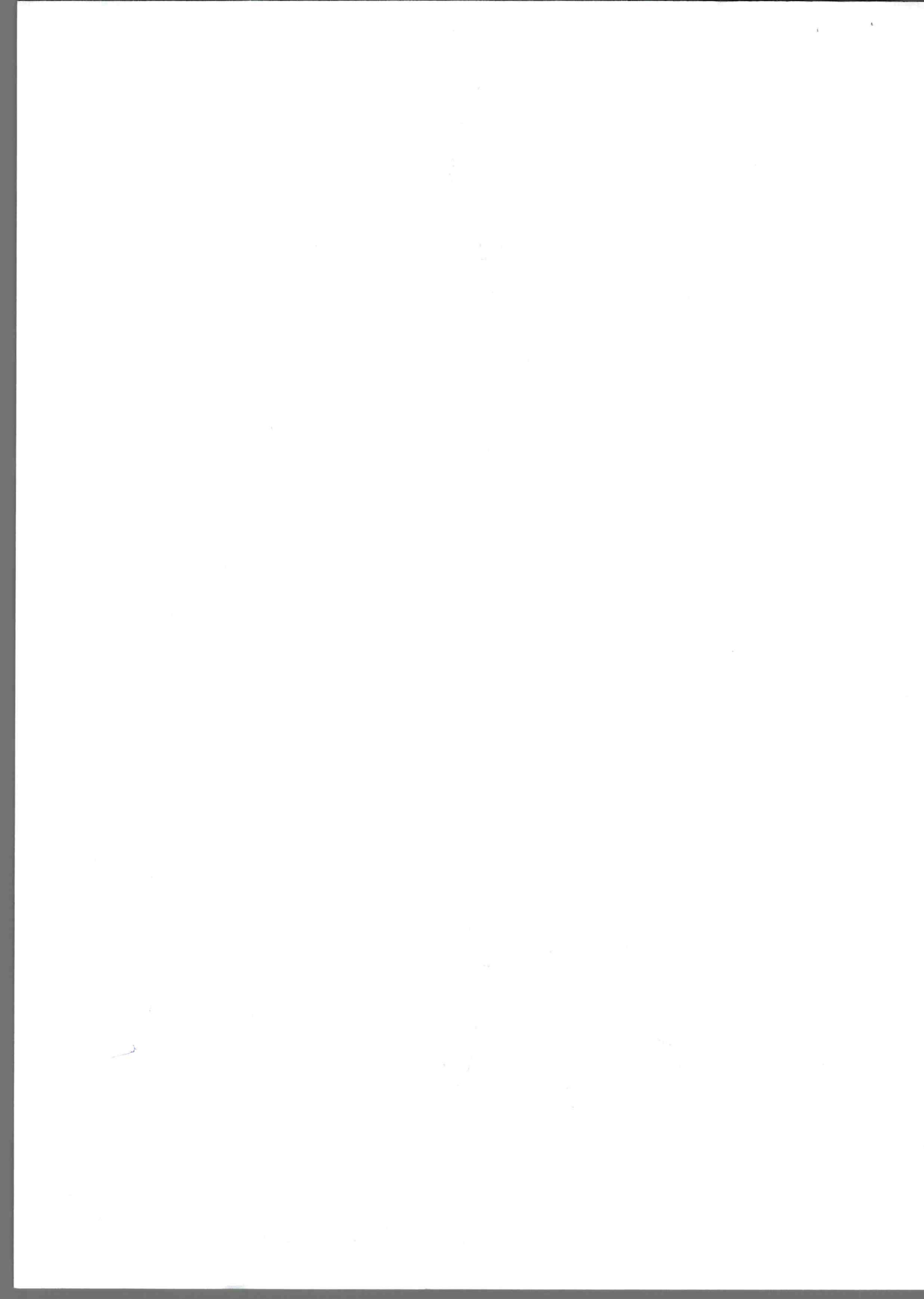
LOTES	CÓD. SIGA	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	UPA
IV	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICOS, DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	RICARDO DE ALBUQUERQUE
V	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICOS, DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	MARECHAL HERMES
IX	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICOS, DESCRICAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	REALENGO

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A celebração de nova contratação oriunda da finalização de processo licitatório com o mesmo objeto constituirá condição resolutive ao presente contrato, porém, a CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização em virtude da extinção do pacto.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO SEGUNDO - A implementação da condição resolutive acima disposta será previamente comunicada à CONTRATADA, indicando-se em notificação própria a data inicial de extinção do pacto, quando operarão seus efeitos de pleno direito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

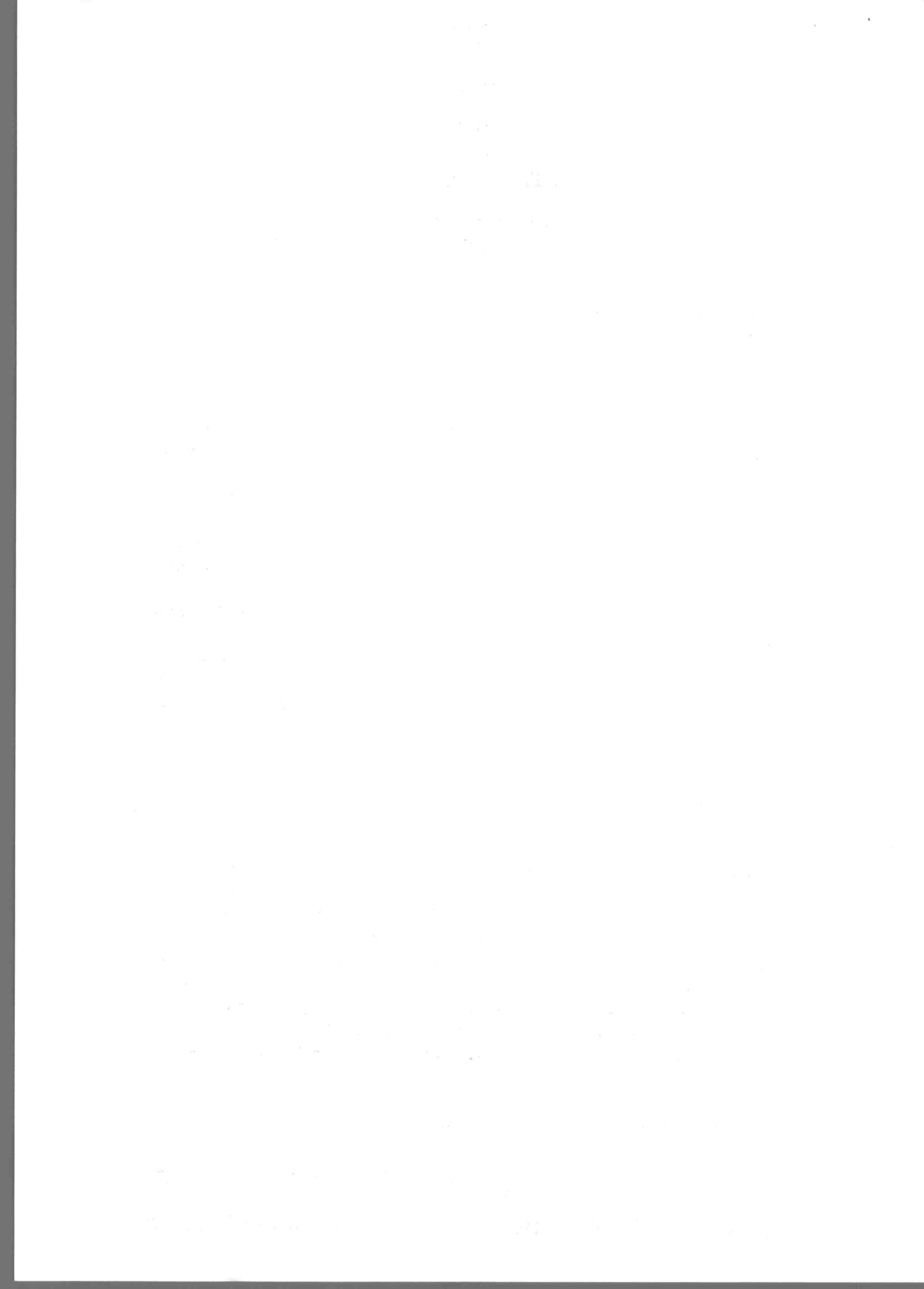
Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no Termo de Referência e no contrato; e
- e) **Demais itens previstos no Termo de Referência, em especial ao item 15 e seus subitens.**

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constantes no Termo de Referência;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do Termo de Referência e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;





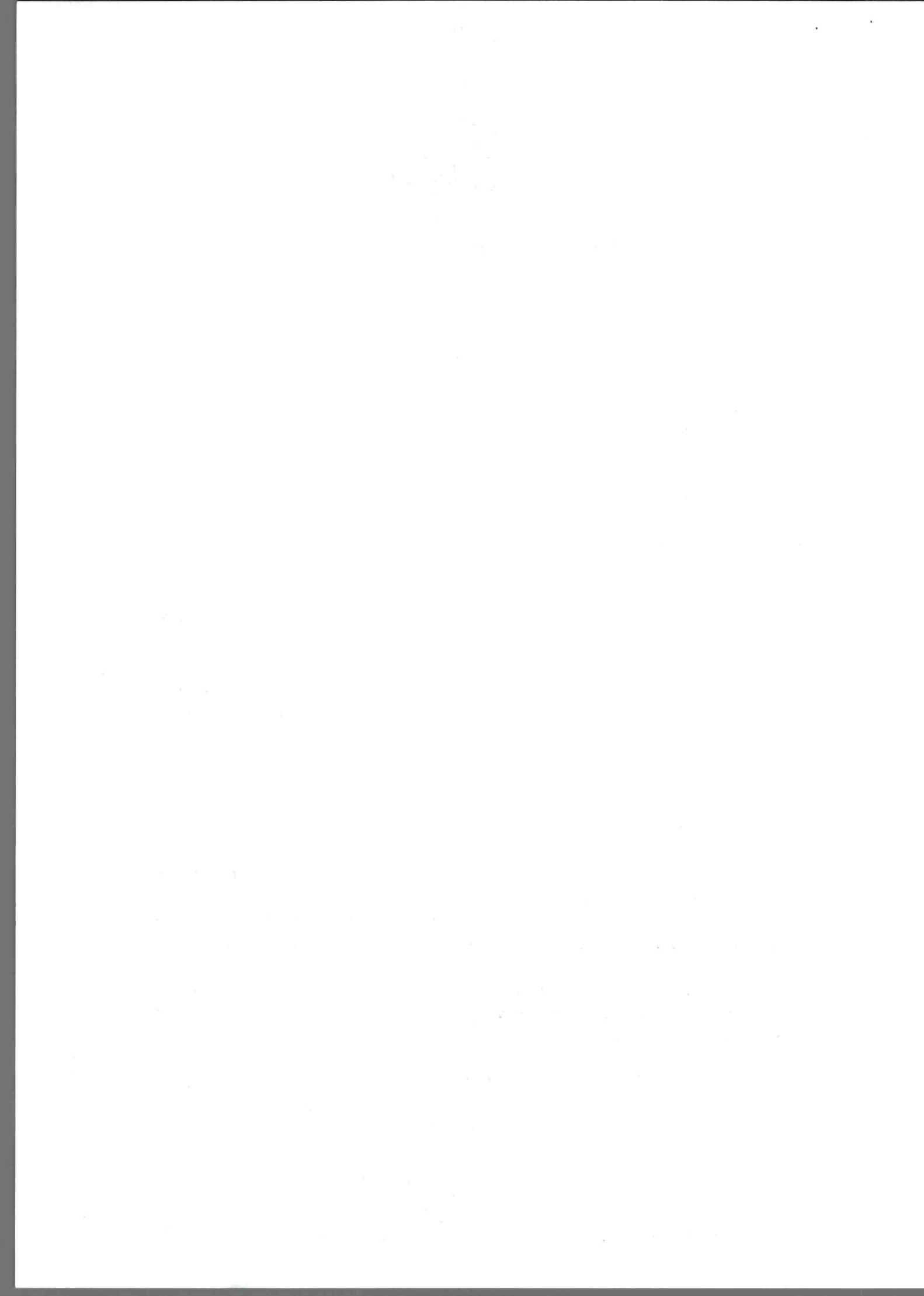
GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- k) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da CLÁUSULA OITAVA (DA RESPONSABILIDADE);
- l) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;
- m) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- n) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
- | | |
|-------------------------------|-----|
| I - até 200 empregados..... | 2%; |
| II - de 201 a 500..... | 3%; |
| III - de 501 a 1.000..... | 4%; |
| IV - de 1.001 em diante. | 5%. |
- o) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, compromete-se a implantar no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data da celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753 de 17 de outubro de 2017;
- p) **Demais itens previstos no Termo de Referência, em especial ao item 16 e seus subitens.**

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA







GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2022, assim classificados:

Natureza das Despesas: 33903975

Fonte de Recurso: 223

Programa de Trabalho: 10302046129120000

Nota de Empenho: 2022NE01755; 2022NE01756; 2022NE01757

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 827.022,60 (oitocentos e vinte e sete mil, vinte e dois reais e sessenta centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Ordenador de Despesa, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou

1912

1912

1912

1912

1912

1912

1912

1912

1912



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea o, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

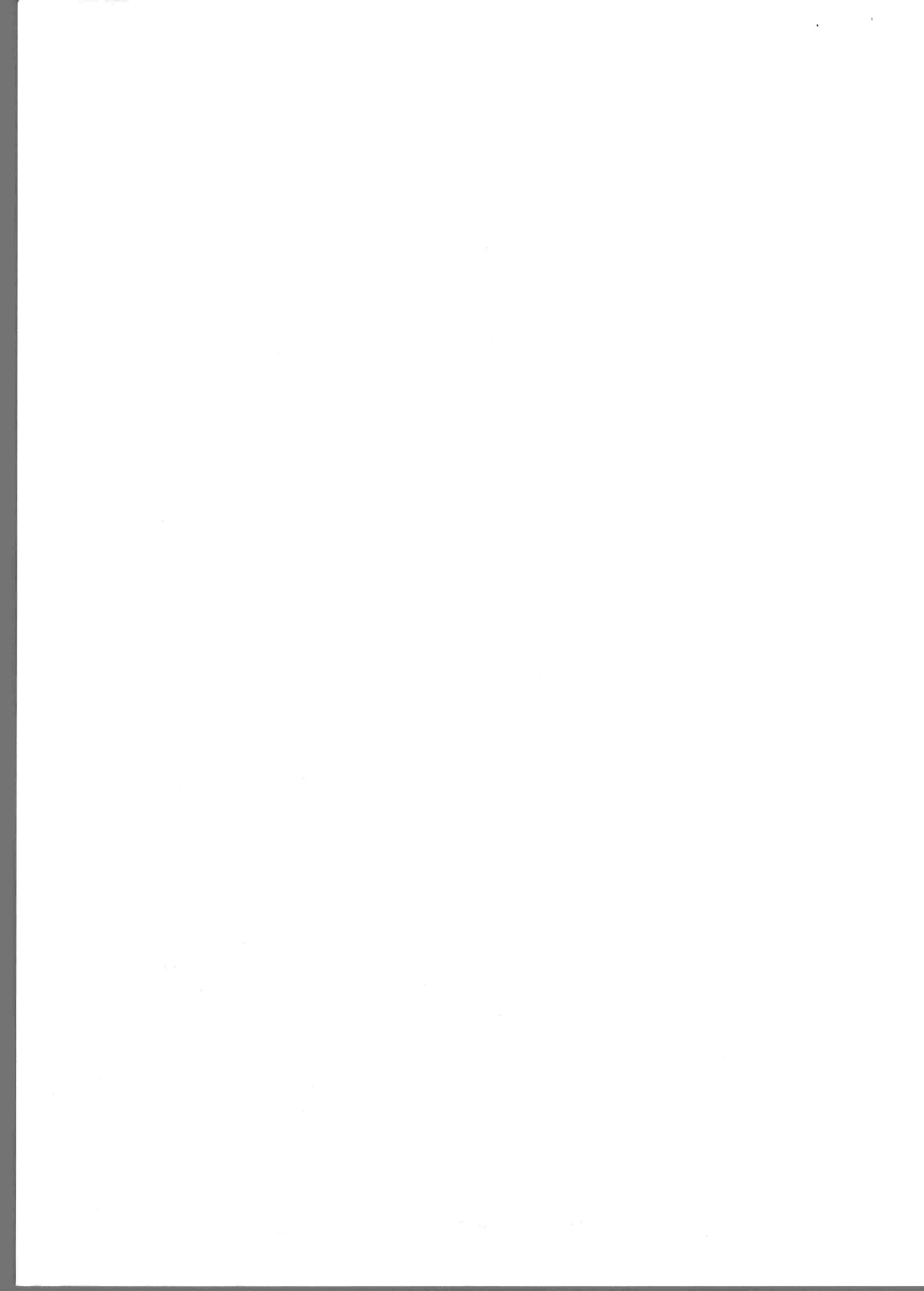
A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.







**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a re apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

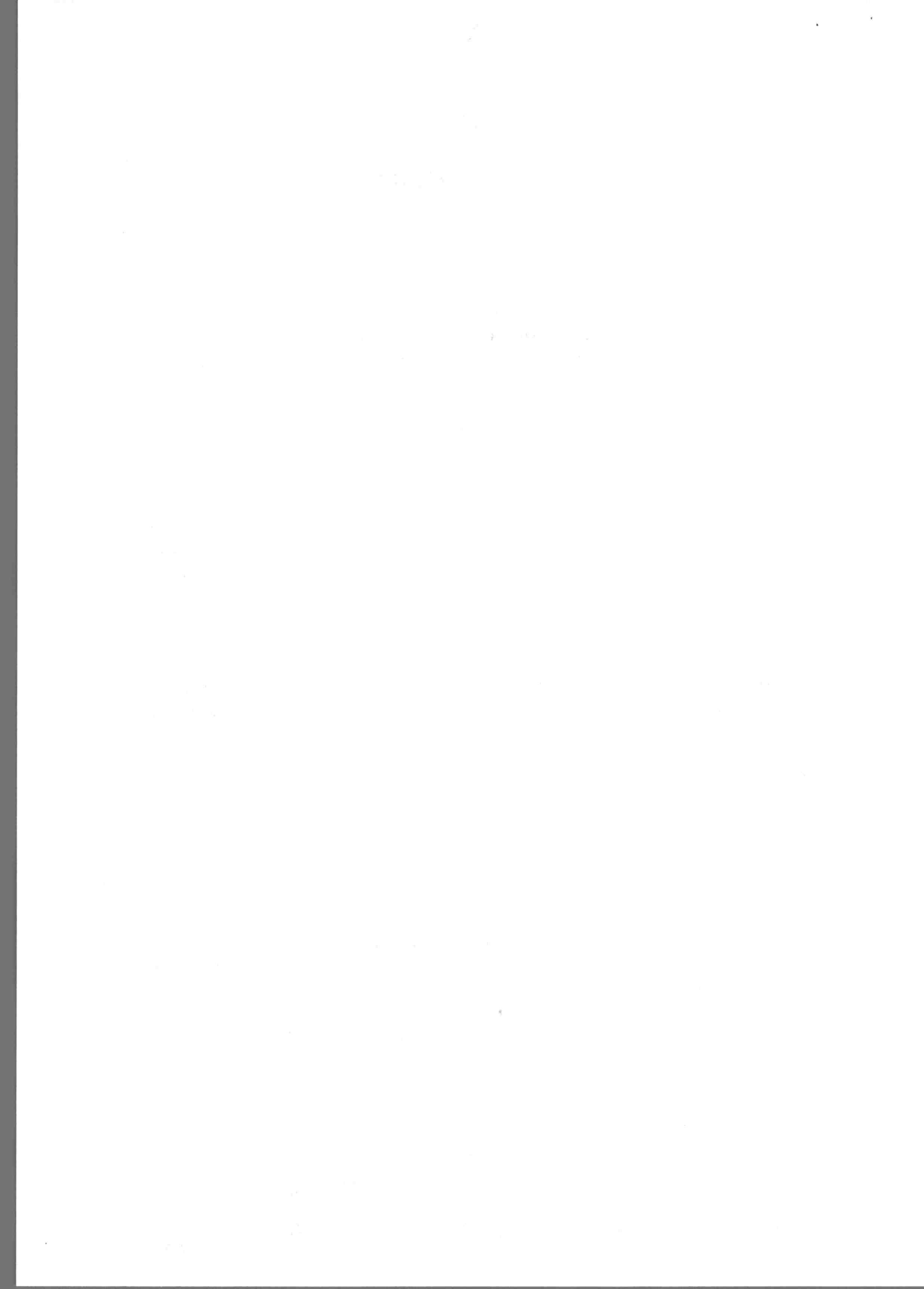
PARÁGRAFO SEXTO - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 827.022,60 (oitocentos e vinte e sete mil, vinte e dois reais e sessenta centavos), em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 137.837,10 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e dez centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na Conta Corrente nº _____, Agência _____, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em







**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e propostas apresentadas, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e matriz.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao endereço da CONTRATANTE, sito à Av. Padre Leonel Franca, nº 248, 1º andar, Gávea - Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP 22451-000, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO SEXTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO OITAVO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no Termo de Referência serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO NONO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO– Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.



1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions.

2. It is essential to ensure that all data is entered correctly and that the system is regularly updated.

3. The second part of the document outlines the various methods used to collect and analyze data.

4. These methods include both qualitative and quantitative approaches, each with its own strengths and limitations.

5. The final part of the document provides a summary of the findings and offers recommendations for future research.

6. It is hoped that this document will provide a useful reference for anyone interested in the field.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

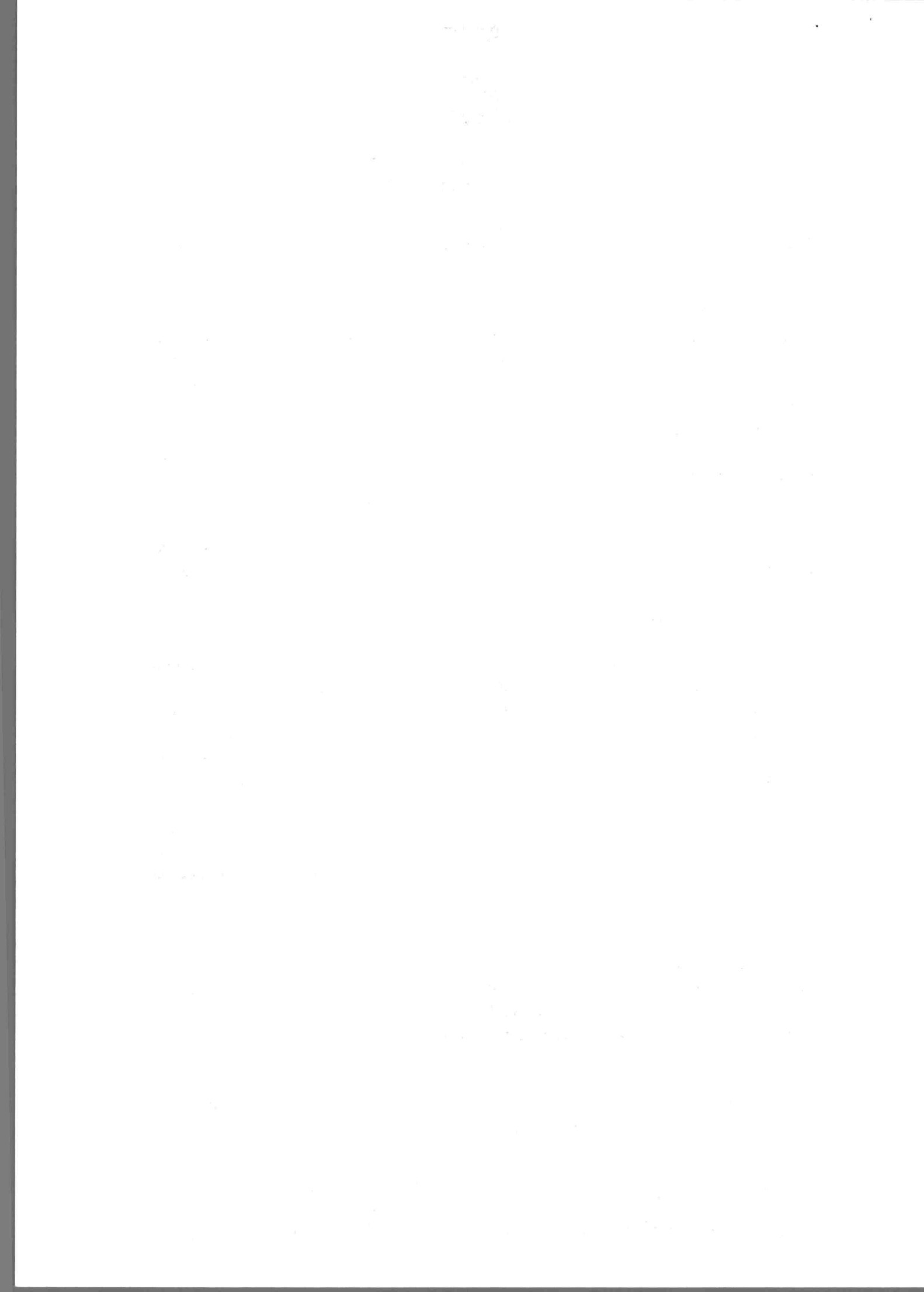
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá:

- reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.







**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E
DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas no Termo de Referência convocatório e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

- I – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- II – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- III – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.



[The page contains extremely faint and illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the document. The text is too light to transcribe accurately.]



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.



[The text in this image is extremely faint and illegible. It appears to be a multi-column document, possibly a ledger or a list, with several columns of text. The content is too light to transcribe accurately.]



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Termo de Referência e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes,



Dear Sir,

I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 10th inst. in relation to the above matter.

I am sorry to hear that you are unable to attend the meeting on the 15th inst. I trust that you will be able to attend the meeting on the 22nd inst.

I am sure that you will find the meeting on the 22nd inst. very interesting and profitable.

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]

I am, Sir, very respectfully,
Your obedient servant,
J. H. [Name]



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Fundação Saúde

assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

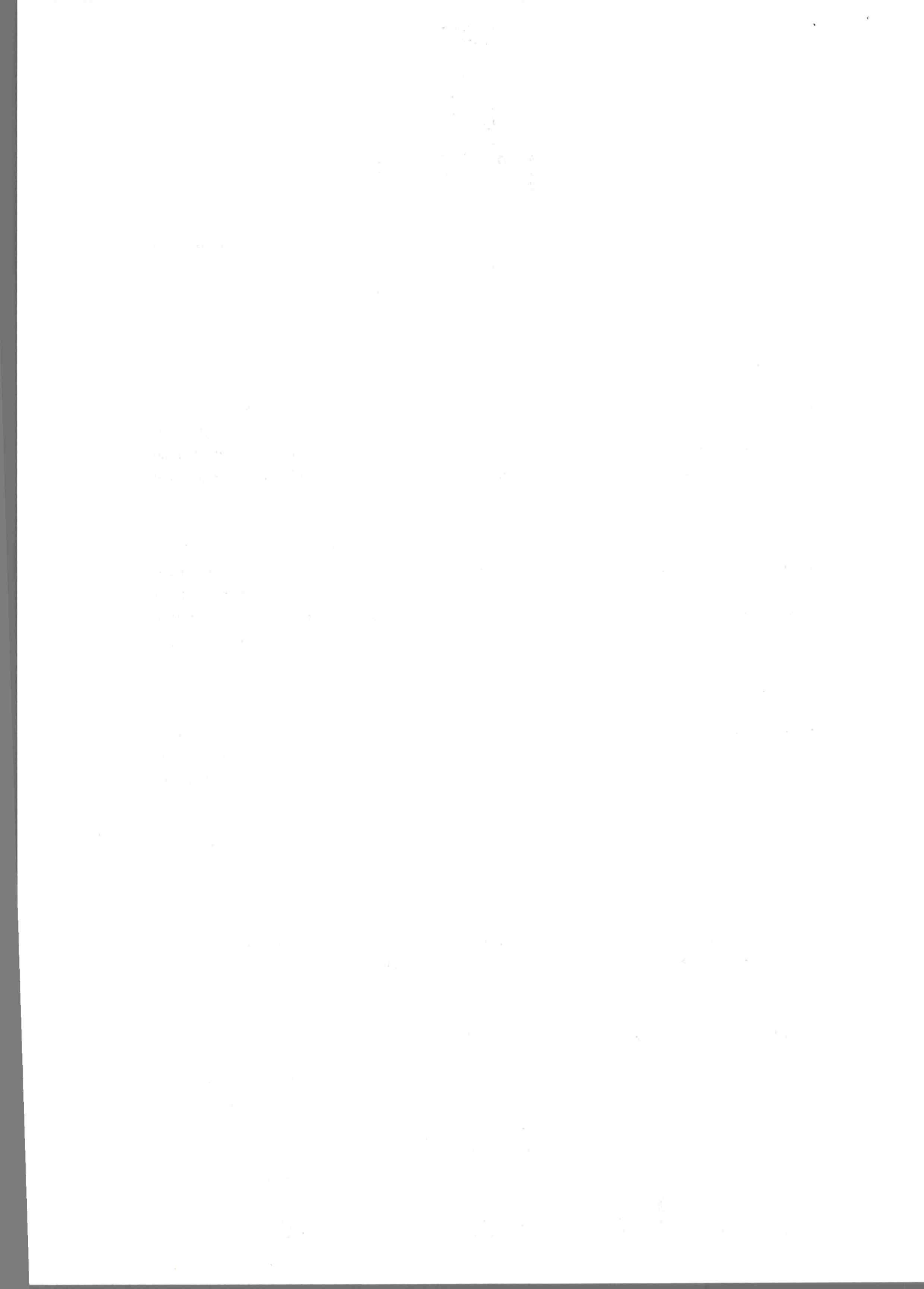
PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (artigo 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos **contratados** serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.







**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

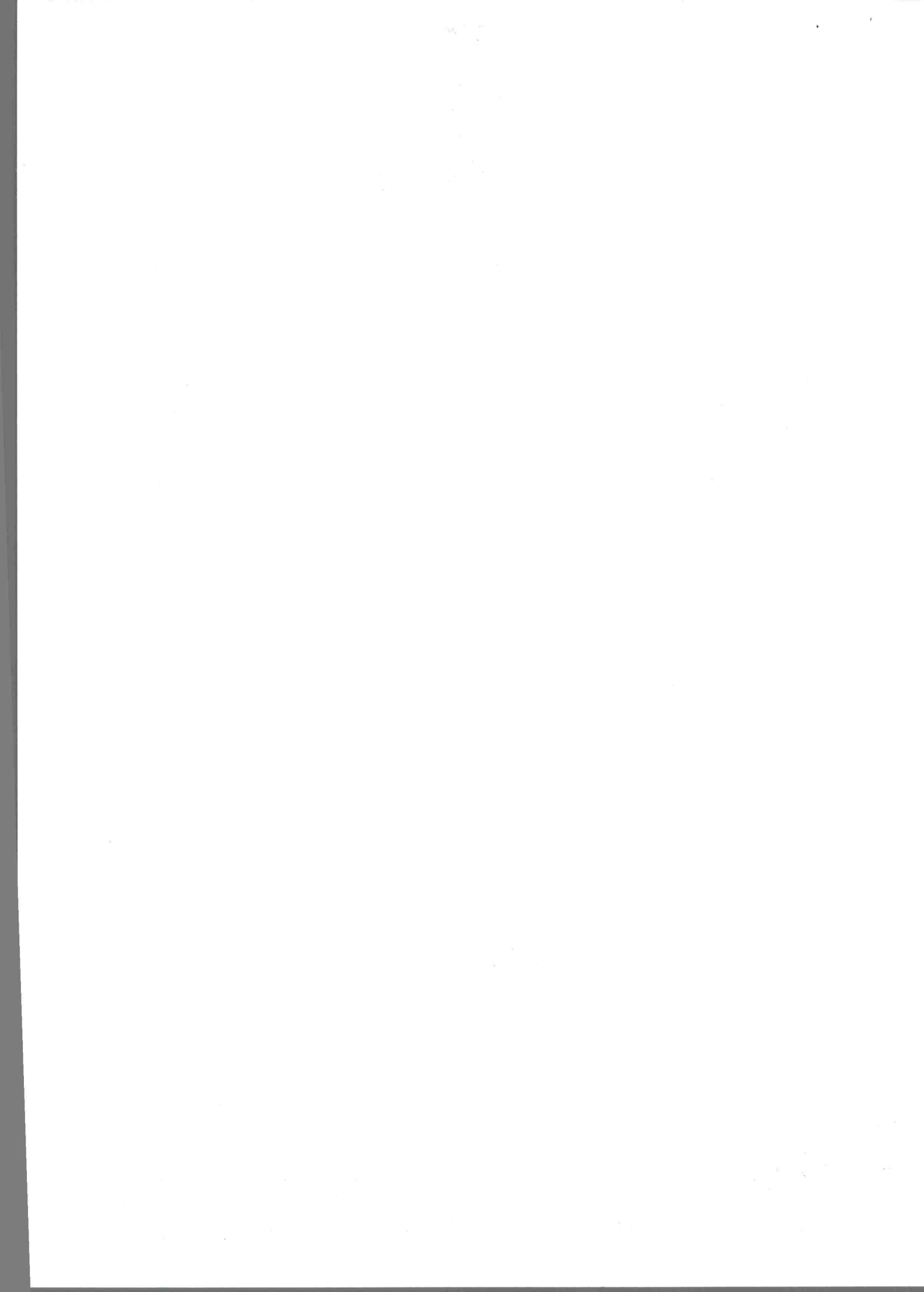
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.







**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

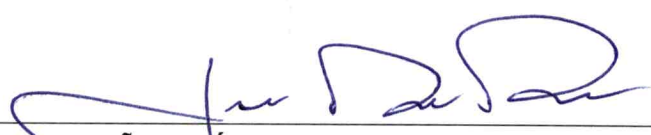
PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 05 de abril de 2022.



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
BRUNO RÉBULA KLEIN
Diretor Administrativo Financeiro



INSTITUTO DE CIDADANIA E PROJETOS SOCIAIS - ICPS
LEANDRO CARDOSO DE JESUS
Representante Legal



TESTEMUNHA



TESTEMUNHA

Marcos Bruno Garcia da Silva
Diretor Administrativo
CPF: 075.543.097-22

1950

1950

1950



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Fundação Saúde

ANEXO

LOTES	CÓD. SIGA	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UPA	VALOR MENSAL	VALOR 180D
4	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO S, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	RICARDO DE ALBUQUERQUE	R\$ 45.945,70	R\$ 275.674,20
5	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO S, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	MARECHAL HERMES	R\$ 45.945,70	R\$ 275.674,20
9	106483	SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO S, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIAGNOSTICO Código do Item: 0339.005.0004 Especificação complementar: Serviços de radiologia com sistema de digitalização de imagens radiológicas	UN	1	REALENGO	R\$ 45.945,70	R\$ 275.674,20
TOTAL						R\$ 137.837,10	R\$ 827.022,60

[Handwritten signature]

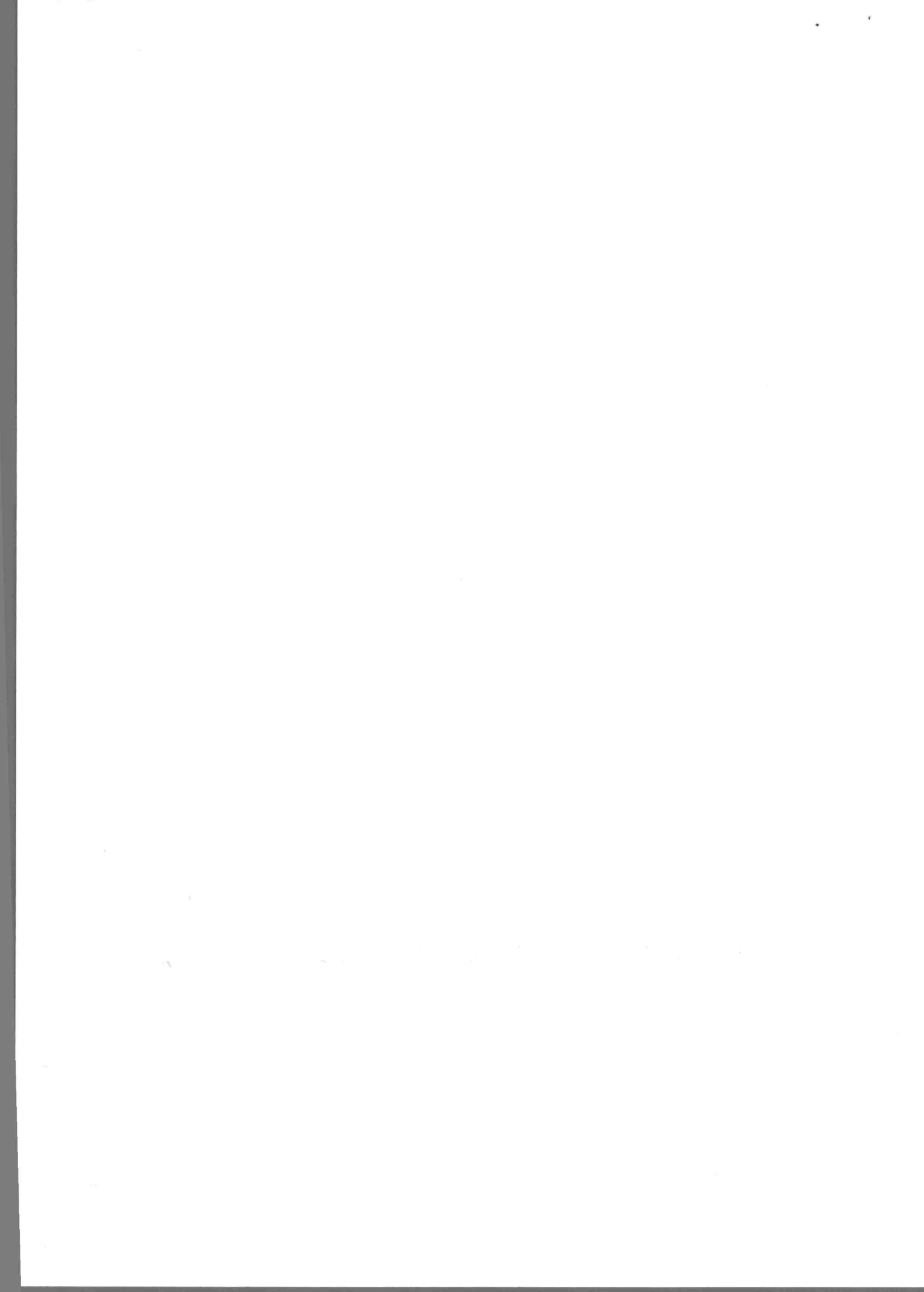
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





1º OFÍCIO DE NOTAS DE BELFORD ROXO

Fabiano Antonio de Macedo

Notário

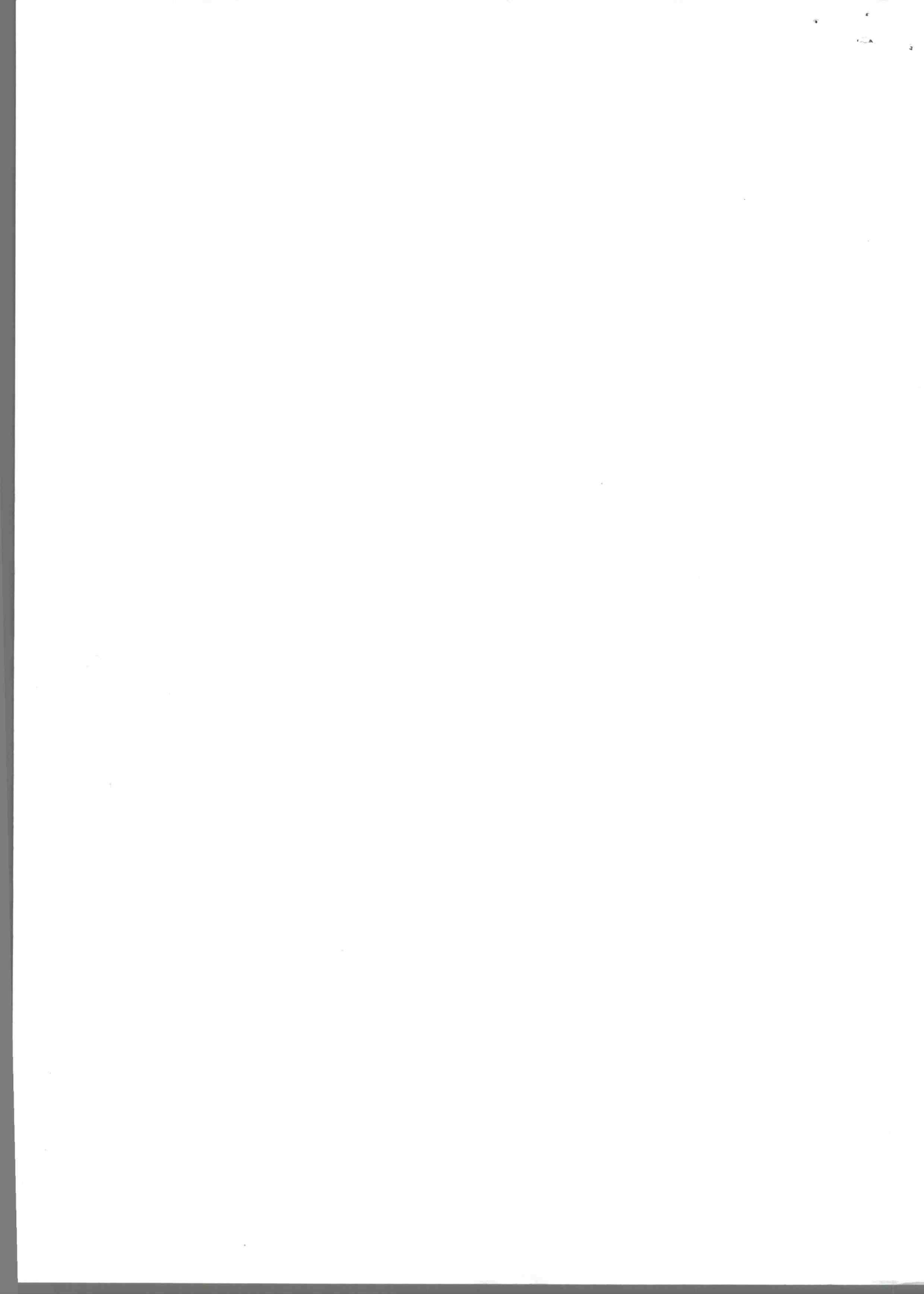
FABIANO ANTONIO DE MACEDO, Delegatário do Serviço Notarial do Primeiro Ofício, no Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil

CERTIFICA

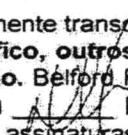
a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo o Livro de Procuração, sob nº 041, dele consta às folhas 190 sob NG 6.748 e Ato nº 159/041, a Procuração por instrumento Público do teor seguinte SAIBAM quantos este instrumento de Procuração bastante virem, que aos 19 (dezenove) dias do mês de Novembro no ano de 2020 (dois mil e vinte), neste Município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, neste Serviço Notarial do Primeiro Ofício, na Avenida Benjamin Pinto Dias, nº 1.130, perante mim RAFAEL ANTONIO DE MACEDO, Substituto do Tabelião, matrícula 94/10.905, aí compareceu como outorgante INSTITUTO DE CIDADANIA E PROJETOS SOCIAIS - ICPS, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.010.740/0001-19, com sede na Rua Inês, nº 391, Bairro Prata - Nova Iguaçu - RJ, neste ato representada por seu sócio LEANDRO CARDOSO DE JESUS, brasileiro, solteiro, presidente administrativo, portador da Cédula de Identidade nº 12.859.583-2 - órgão SECC/DETRAN/RJ em 27/04/2016, e inscrita no CPF/MF sob nº 089.032.327-55, residente e domiciliado na Rua Joaquim Tenório, s/nº, lote 02 Bairro Parque Felicidade - Duque de Caxias - RJ. Então, pela outorgante, me foi dito que por este instrumento que nomeia e constitui como procurador MARCOS BRUNO GARCIA DA SILVA, brasileiro, casado, técnico em radiologia, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 03122096262 - órgão DETRAN/RJ em 10/01/2020 onde consta Cédula de Identidade nº 04.173 - órgão CRTR/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 075.543.097-22, residente e domiciliado na Estrada Deputado Darcilio Ayres, nº 200, casa 20 - Bairro Jardim da Viga - Nova Iguaçu - RJ, ao qual confere poderes amplos, gerais e ilimitados para gerir e administrar a Firma Outorgante, tratando de todos e quaisquer assuntos, negócios, direitos e interesses da outorgante, em todo o território nacional, podendo para tanto, participar de licitação, comprar produtos, realizar contrato de prestação de serviços com qualquer empresa, podendo assinar contratos, pedidos, notas fiscais, orçamentos, realizar venda de serviços, negociar, acertar custas, fazer pagamento, dar recibos e quitações, confere poderes para representá-la perante as Repartições Públicas, Administrativas, Autárquicas e Cartórios em geral, Governos Federal, Estadual e Municipal, Governo do Distrito Federal, seus Departamentos e Secretarias, Pessoas Físicas e Jurídicas, de direito público ou privado, Prefeituras Municipais, Sociedades de Economia Mista, Estatais, Paraestatais, Comércio e Indústria em geral, JUCERJA - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Light-Serviços de Eletricidade S/A, Cia. Estadual de Gás, Receita Federal do Brasil, Delegacia do Imposto de Renda, Delegacias Regionais, Juntas Comerciais e Trabalhistas em quaisquer estados do Território Nacional, Ministérios em geral, Instituições, Fundações, Sindicatos, Oi Telemar - Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A, Claro S/A, Net S/A, Tim S/A, Vivo S/A, Nextel S/A, podendo para tanto, requerer, alegar e assinar o que for preciso, realizar consultas, juntar, apresentar e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias e documentos, inclusive 2ª via de quaisquer documentos em nome da outorgante, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, dar entrada em alvará judicial de funcionamento, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigências, podendo receber, passar recibos, dar quitação, inclusive realizar inclusão e/ou renovação de Certificado Digital ICP Brasil em nome da outorgante, podendo assinar os instrumentos necessários, cadastrar biometria, concordar e discordar com cláusulas e condições, solicitar dúvidas, solicitar, apresentar e retirar documentos, concede ainda poderes para representá-la junto as seguintes Instituições Financeiras: BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, BANCO ITAÚ S/A, HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO, BANCO BRADESCO S/A, BANCO SANTANDER S/A, e onde com esta se apresentar e for necessário, mesmo que aqui não expressamente mencionadas podendo, para tanto, assinar como fiador perante a qualquer Instituição Financeira deste País, requerer, alegar e assinar o que for preciso, juntar, apresentar e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, dar recibos e quitações, pagar e/ou receber importâncias, seja a que título for, inclusive Vencimentos, FGTS, PIS, PASEP, Heranças, Proventos, Pensões, Pecúlios, Devolução de Imposto de Renda, e demais vantagens, podendo receber, passar recibos, dar quitação, movimentar contas correntes, emitindo e endossando cheques, fazendo depósitos e retiradas, solicitando saldos e extratos, autorizando débitos, pagamentos e transferências, requisitando talões de cheques, emitindo, endossando e descontando duplicatas, recebendo quaisquer quantias devidas à referida firma, recebendo e emitindo ordens de pagamento, pedindo e autorizando prorrogação de prazos, assinar contratos, distratos e/ou propostas de abertura ou encerramento de contas bancárias, movimentar poupança, fazer transferência de conta para outra Instituição bancária e/ou agência, requisitar e/ou retirar cartão magnético, cadastrar e/ou alterar senhas, realizar cadastro de biometria, requisitar talões de cheques para uso da outorgante, contrair empréstimos ou financiamentos, receber quaisquer importâncias devidas à outorgante, dar recibos e quitações, ficando esclarecido que a prática do ato pela outorgante ainda que habitual, não importará na revogação tácita dos poderes ora concedidos, uma vez que o presente mandato só será considerado revogado, para os efeitos legais, mediante comunicação expressa, em tempo hábil, da outorgante aos Bancos, concede poderes para prestar declarações sob as penas da lei, Avenida Benjamin Pinto Dias, nº 1.130, loja nº08, Centro, Belford Roxo - RJ - Tel: (21) 2761-8961

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 023685995



inclusive com relação ao INSS/MPAS, lei federal nº. 7433/85 e decreto federal 93240/86, constituir advogados com os poderes das cláusulas ad judicium, ad negocia, et extra e os mais necessários perante quaisquer instâncias, foro ou tribunal, em juízo ou fora dele, podendo, acordar, discordar, transigir, recorrer, desistir, propor e variar de ações e recursos, receber citações, prestar declarações e informações, apresentar provas, assinar termos, requerimentos e demais papéis, podendo assinar carteira de trabalho, para a contratação e demissão de funcionários; confere poderes para representá-lo junto ao **DETRAN**, em quaisquer de seus órgãos ou departamentos em qualquer parte do estado, em todos os assuntos referente a quaisquer veículos de propriedade ou posse da outorgante, podendo para tanto, requerer 2ª via de todos e quaisquer documentos referente ao veículo acima mencionado; representar perante as Repartições Públicas, Autarquias, Cartórios em geral, e demais departamentos e autoridades de trânsito, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos, e bem assim onde mais necessário e com esta se apresentar; fazer requerimentos, fazer prova, juntar e retirar papéis, documentos e provas, retificar documentos, preencher e assinar guias, formulários e demais papéis e documentos, recolher impostos e taxas, efetuar pagamentos, dar recibos e quitações; cumprir exigências, efetuar transferências, solicitar vistorias, emplacamentos, reemplacamentos, licenciamento, legalização, pagar multas ou delas recorrer, liberar o veículo de apreensões ou depósitos em depósitos públicos ou privados, conduzir o veículo em todo o território nacional; confere poderes para representá-la perante a **MINISTÉRIO DA FAZENDA, RECEITA FEDERAL DO BRASIL E PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL**, podendo para tanto pedir e retirar pesquisas, certidões negativas de débito, acordar, discordar, pedir parcelamento e tudo mais que se fizer necessário, perante o Órgão da Administração Pública, no que por ele for administrado, conforme Medida Provisória n.º 507 de 05/10/2010 (Art. 5.º); enfim, praticar os demais atos ao fim deste mandato, inclusive substabelecer. Assim disse, do que dou fé, e me pediu este instrumento que lhe li, achou conforme, aceitou e assina, dispensadas as testemunhas de acordo com a Consolidação Normativa da Corregedoria de Justiça deste Estado. Certifico e dou fé que pelo presente ato são devidos emolumentos e taxas no valor total de R\$166,82, sendo R\$54,53 (Tab.22-2,D); R\$11,16 (Tab.16-4); R\$25,88 (Tab.16-5); R\$ 1,09 (tab. PMCMV); R\$19,65 (FETJ); R\$4,91 (FUNPERJ); R\$4,91 (FUNPERJ); R\$29,04(DISTRIBUIÇÃO); R\$3,66 (FURNAPEN); R\$4,57 (ISSQN), recebidas nesta data; arquivo as cópias das CI's e CPF's das partes, na respectiva pasta. Eu(a) Suelen do Nascimento Areia Lima, escrevente, CTPS 57228 série 147 RJ, digitei, colho as assinaturas. Eu(a) Rafael Antonio de Macedo, Substituto do Tabelião, matrícula 94/10.905, subscrevo, assino e encerro o presente ato.....

ERA O QUE SE CONTINHA, na Procuração aqui bem e fielmente transcrita, em certidão, e ao livro e folhas de início mencionados, me reporto e dou fé. **Certifico, outrossim, que da mesma não consta nenhum cancelamento, revogação ou substituição.** Belford Roxo, aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro (02) de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu  Diana Camila Gomes Dias Machado, Escrevente, matrícula 94/15.263, digitei, colho as assinaturas, Conferi, extrai o referido ato acima mencionado. Eu, Rafael Antonio de Macedo, Substituto do Tabelião, matrícula 94/10.905, subscrevo e assino em público e raso.....

1º OFÍCIO DE JUSTIÇA
Belford Roxo - RJ
Rafael Antonio de Macedo
Substituto do Tabelião
Matrícula 94 / 10.905

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE


RAFAEL ANTONIO DE MACEDO
SUBSTITUTO DO TABELIÃO



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEBM 84191 UGO
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjg.jus.br/sitepublico>

Custas: R\$53,44 sendo R\$1,04 (Tab.16-1); R\$24,60 (Tab.16-2); R\$12,84 (Tab.16-4); R\$1,92 (ISSQN) R\$7,69 (Lei nº3.217/99 - FETJ); R\$1,92 (FUNPERJ); R\$1,92 (FUNPERJ); R\$1,53 (FUNARPEN).

